

A ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TIC - UMA PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA

THE SCHOOL AS A SPACE FOR THE DEMOCRATIZATION OF COMMUNICATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES ACCESS- A EDUCOMUNICATIVE PERSPECTIVE

LA ESCUELA COMO UN ESPACIO DE DEMOCRATIZACIÓN DEL ACCESO A LAS TIC - UNA PERSPECTIVA EDUCOMUNICATIVA

Wanessa Matos Vieira

Mestranda em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: wanessamvieira93@gmail.com

Ademilde Silveira Sartori

Doutora em Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. E-mail: ademildesartori@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo é perceber como a democratização do acesso às TIC nas escolas propicia a construção da ciberdemocracia. Em um mundo no qual o acesso à tecnologia praticamente se tornou sinônimo de participação efetiva na sociedade, é de fundamental importância que a escola leve a tecnologia para mais perto de seu aluno e se torne um espaço de democratização do acesso às TIC. Sendo assim, a escola se apresenta como um ambiente capaz de fazer imergir tais tecnologias a serviço da ciberdemocracia e de incentivo à participação dos alunos na Esfera Pública. Ao se utilizar de diferentes mídias que colaboram para a criação de um ambiente comunicativo, as TIC têm um papel fundamental na sociedade da informação, e por meio de programas, leis, ou planos de incentivo ao acesso democrático como o PROINFO/MEC (2007), a escola deve proporcionar um ambiente em que as TIC estejam à disposição do aluno. Baseado nestes preceitos, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o tema da democratização do acesso fazendo interface com os conceitos da Educomunicação. A pesquisa bibliográfica realizada para o presente artigo traz autores como Lévy (1999; 2003), Castells (2003), Sartori (2010; 2015), Soares (2011) entre outros que corroboram com o objetivo da pesquisa.

Palavras-chave: Democratização do acesso. Ciberdemocracia. Educomunicação.

ABSTRACT

The aim of the following paper is to understand how the democratization of Communication and Information Technologies (CIT) access in schools facilitates the construction of cyberdemocracy. In a world in which access to technology has practically become a synonym of an effective participation in society, it is paramount that the school takes technology closer to its student and becomes a space for the democratization of CIT access. Thus, the school presents itself as an environment capable of immersing such technologies in the service of cyberdemocracy and of encouraging the participation of students in the Public Sphere. CIT play a key role in the information society through the use of different media that collaborate to create a communicative environment, and through programs, laws, or plans to encourage democratic access such as PROINFO / MEC (2007), the school should provide an environment in which CIT are available to the student. Based on such precepts, the present study aims to present access democratization by making an interface with the Educommunication concepts. The bibliographic research carried out for the following paper includes authors such as Lévy (1999; 2003), Castells (2003), Sartori (2010; 2015), Soares (2011) among others that corroborate with the research objective.

Keywords: Democratization of access. Cyberdemocracy. Educommunication

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es percibir cómo la democratización del acceso a las TIC en las escuelas pro-

propicia la construcción de la ciberdemocracia. En un mundo en el cual el acceso a la tecnología prácticamente se ha convertido en sinónimo de participación efectiva en la sociedad, es de fundamental importancia que la escuela lleve la tecnología a más cerca de su alumno y se convierta en un espacio de democratización del acceso a las TIC. Siendo así, la escuela se presenta como un ambiente capaz de hacer sumergir tales tecnologías al servicio de la ciberdemocracia y de incentivo a la participación de los alumnos en la Esfera Pública. Al utilizar diferentes medios que colaboran para crear un ambiente de comunicación, las TIC desempeñan un papel fundamental en la sociedad de la información, ya través de programas, leyes o planes de incentivo al acceso democrático como PROINFO / MEC (2007), La escuela debe proporcionar un ambiente en el que las TIC estén a disposición del alumno. Basado en estos preceptos, el presente trabajo tiene como objetivo presentar el tema de la democratización del acceso haciendo interfaz con los conceptos de la Educomunicación. La investigación bibliográfica realizada para el presente artículo trae autores como Lévy (1999, 2003), Castells (2003), Sartori (2010; 2015), Soares (2011) entre otros que corroboran con el objetivo de la investigación.

Palabras-clave: Democratización del acceso. Ciberdemocracia. Educomunicación.

INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas relacionando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a escola são realizadas. A pergunta a ser feita daqui em diante não deve ser mais ‘Os professores devem usar as TIC em sala de aula?’, mas sim ‘De que maneira as TIC podem favorecer o processo educacional quando usadas em sala de aula?’. Diante do uso quase frenético feito pelos alunos, as TIC fazem parte da vida dos mesmos, sendo ao enviar tutorias para ensinar o colega a passar de fase no jogo do momento até corroborar com o impeachment do prefeito da sua cidade. O objetivo do presente artigo é perceber como a democratização do acesso às TIC propicia a construção da ciberdemocracia, o que nos propomos nesse estudo é relacionar o acesso às TIC feito pelos alunos na escola com o incentivo à participação ativa na Esfera Pública. Para chegarmos ao cerne da questão proposta é necessário que primeiro sejam elucidados outros assuntos que tangem a problemática, dentre eles a relação existente entre a internet, a escola e a sociedade da informação.

A mudança tecnológica produz consequências no mundo em que vivemos. Cada tecnologia, nova ou não, muda as maneiras de produzir e comunicar informações. Para Kenski (2007), tecnologia é uma palavra muito simples de ser entendida, pois convivemos com ela diariamente. Segundo a autora:

Ela está em todo o lugar, já faz parte de nossas vidas. As nossas atividades cotidianas mais comuns - como dormir, comer, trabalhar, nos deslocarmos para diferentes lugares, ler, conversar e os divertirmos – são possíveis graças às tecnologias a que temos acesso [...] Tecnologia que resultaram, por exemplo, em lápis, cadernos, caneta, lousas, giz e muitos outros produtos, equipamentos e processos que foram planejados e construídos para que possamos ler, escrever, ensinar e aprender. (KENSKI, 2007, p.24).

A autora nos remete a acontecimentos passados, quando o uso de tecnologias formou o que se percebe hoje. A tecnologia faz parte do dia-a-dia da população, e apesar de algumas pessoas resistirem a ela, a citação da autora mostra que a rádio que sintonizamos, a TV que assistimos, o computador que usamos para pesquisar, todos esses aparelhos são tecnologias e foram criados para suprir uma necessidade humana.

Além de definir e exemplificar o que é tecnologia, a autora também define as novas tecnologias, termo tão ouvido e que causa dúvidas em muitas pessoas. A autora explica:

Ao se falar em novas tecnologias, na atualidade, estamos nos referindo principalmente, aos processos e produtos relacionados com os conhecimentos provenientes da eletrônica, da microeletrônica e das telecomunicações. Essas tecnologias caracterizam-se por serem evolutivas, ou seja, estão em permanente transformação. (KENSKI, 2007, p.25).

Kenski (2007) também fala sobre a dificuldade de se estipular o que é novo e o que não é, a delimitação de datas, de qual data pode-se dizer que determinada tecnologia é nova. Exemplos de novas tecnologias são os computadores pessoais, a lousa digital, entre outros. A imensa maioria se caracteriza por agilizar e tornar menos palpável o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações.

Considera-se que o advento destas novas tecnologias (e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e setores sociais) possibilitou o surgimento da “sociedade da informação”¹. Kenski (2007) traz a relação das TIC com a escola:

As novas tecnologias de comunicação (TIC’S), sobretudo a televisão e o computador, movimentaram a educação e provocaram novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo veiculado. A imagem, o som, e o movimento oferecem informações mais realistas em relação ao que está sendo ensinado [...] Vídeos, programas educativos na televisão e no computador, sites educacionais, softwares diferenciados transformam a realidade da aula tradicional, dinamizam o espaço de ensino aprendizagem, onde anteriormente, predominam a lousa, o giz, o livro e a voz do professor. (KENSKI, 2007, p. 45-46).

A citação da autora ressalta os benefícios que a tecnologia pode trazer quando bem utilizada, diante disso Sartori (2015) contribui com a seguinte afirmação:

Da escola em que o aluno senta em fila, com horários marcados, passamos para outra em que ninguém está sentado ao lado de ninguém. Agora, podemos por meio da Web, smartphones, tablets e outras tecnologias, aprender em tempo real ou não, acessar o conteúdo ou o espaço e debate com o ônibus em movimento. (SARTORI, 2015, p.109).

A autora aponta a dinamicidade e mobilidade da aprendizagem proporcionada pelas TIC. Sartori (2015) ainda afirma que aonde havia uma relação comunicacional um-um, ou seja, um professor enviando a mensagem para todos seus alunos, com a Internet e o uso das TIC a relação comunicacional tornou-se bidirecional, possibilitando conectividade, e mobilidade. A autora ainda afirma:

A comunicação e as tecnologias de comunicação digitais impõem para a escola o

¹ De acordo com Jorge Werthein PhD em educação com mestrado em comunicação pela Universidade de Stanford a expressão “sociedade da informação passou a ser utilizada, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico-econômico”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>

abandono da pergunta sobre a aceitabilidade das mídias na escola, deslocando a questão para o modo como se relacionam nas diversas esferas da vida. O papel da socialização, no entanto, continua sendo a função social da escola que, por ser um espaço de convivência e de intersecção dos diversos midiáticos, deve dobrar-se sobre as relações que manteve com as mídias ao longo da História, revendo concepções meramente técnico-instrucionais ou salvacionista-redentoras como se tecnologias pairassem cima de todo o mal. (SARTORI, 2015, p.110).

Podemos perceber por meio da afirmação da autora que aceitar ou não as TIC na escola não é mais o ponto central da discussão, e sim o modo como a escola se relaciona com elas nas diversas esferas da vida. A verticalidade, a submissão da escola tradicional, onde o professor era o centro da aula, e sua palavra era inquestionável dão espaço à possibilidade de protagonismo do aluno, criação, autonomia. Contudo, a autora ressalta que a escola deve rever o caráter salvacionista ou o caráter de mera instrução que muitas vezes deposita nas tecnologias. Afinal, o uso das TIC não pode se justificar nelas mesmas, ou seja, é necessário intenção e planejamento para incluir as TIC nas escolas.

As mudanças trazidas pela tecnologia nas mais diversas esferas de nossas vidas trouxeram a chamada ‘Sociedade da Informação’, esse termo passou a ser utilizado, nos últimos anos desse século, como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial. Na Sociedade da Informação, Castells afirma que a informação se torna matéria-prima e as tecnologias permitem que o homem tenha acesso a ela, o autor ainda afirma:

O que caracteriza a revolução tecnológica atual não é o caráter central do conhecimento e da informação, mas a aplicação deste conhecimento e informação a aparatos de geração de conhecimento e processamento da informação/comunicação, em um círculo de retroalimentação acumulativa entre a inovação e seus usos. A difusão da tecnologia amplifica infinitamente seu poder ao se apropriar de seus usuários e redefini-los. As novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver. [...]. Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força produtiva direta, não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. (CASTELLS, 2003, p.7).

Por meio da afirmação do autor é possível inferir que a informação é o centro do paradigma dessa sociedade. Através da tecnologia as informações podem ser compartilhadas, construídas coletivamente, pensadas e (re) pensadas, e é esse caráter de *feedback* que faz com que os sujeitos possam se apropriar da informação e construir coletivamente um sentido para a mesma.

Para Castells (2003) a sociedade da informação tem algumas características e, dentre elas podemos citar: a informação é sua matéria-prima; os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade; predomínio das lógicas de redes; flexibilidade; e crescente fluxo das tecnologias.

Diante de tudo o que definimos até aqui é importante entender que as TIC e as suas potencialidades na sociedade da informação só podem ser alcançadas se forem acessadas, e é sobre a democratização do acesso que trataremos a seguir.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO ÀS TIC

Acesso é um conceito complexo, muitas vezes empregado de forma imprecisa, e pouco clara. Neste caso, trataremos o direito ao acesso à tecnologia na escola como uma questão de cidadania, cientes dos benefícios que ela pode trazer quando bem usada, contudo, sem tratá-la como a salvação da escola e sem creditá-la tal responsabilidade. O que pretendemos analisar no presente artigo é a importância de acessá-la, integrá-la à escola e consequentemente à vida dos alunos, fazendo-os perceber que muito mais do que entretenimento, a tecnologia junto com a participação ativa na Esfera Pública está atualizando o conceito de democracia.

Takahashi (2000) afirma que “na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis”. Assim, é possível concluir que a democratização do acesso às tecnologias digitais deve ser disponibilizada a todos os sujeitos, e que políticas coerentes com a contemporaneidade podem potencializar tal democratização. Corroborando com a ideia acima, Teixeira e Marcon (2009), afirmam que:

O papel fundamental de políticas públicas que fortaleçam todos os envolvidos no processo educacional e que considerem universidades parceiras na busca de uma educação baseada na lógica das redes, reconhecendo processos de inclusão digital como fundamentais para o exercício da cidadania e possibilitando aos professores a vivência e o desenvolvimento de uma cultura de rede. (TEIXEIRA e MARCON, 2009, p.17).

Ambos os autores trazem a importância de políticas pública que possibilitem a democratização do acesso às TIC, diante disso iniciativas como o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) que é um programa educacional criado pelo MEC em 1997 se apresenta como um fator de contribuição à democratização do acesso. O programa tem o objetivo de promover o uso pedagógico das Tecnologias de Informática e Comunicações (TIC) na rede pública de ensino fundamental e médio.²

Nas diretrizes do PROINFO lemos que:

O acesso à informação é imprescindível para o desenvolvimento de um estado democrático. Uma nova sociedade jamais será desenvolvida se os códigos instrumentais e as operações em redes se mantiverem nas mãos de uns poucos iniciados. (BRASIL, 1997, p.1).

Percebemos a relevância que o documento traz acerca do acesso às TIC, uma vez que se acessado por poucos tornará muito difícil a concretização de um Estado democrático. Ainda sobre o acesso, o documento citado acima traz os seguintes objetivos:

É uma qualidade comprometida com a equidade, e, por isto, com a tentativa de – numa sociedade cada vez mais tecnologicamente evoluída – oportunizar a todos:

- A igualdade de acesso a instrumentos tecnológicos disponibilizadores e gerenciadores de informação;
- Os benefícios decorrentes do uso da tecnologia para desenvolvimento de atividades apropriadas de aprendizagem e para aperfeiçoamento dos modelos de

gestão escolar construídos em nível local, partindo de cada realidade, de cada contexto. (BRASIL, 1997, p.3).

O documento deixa claro que é de fundamental importância dar oportunidades iguais para os sujeitos acessarem os instrumentos tecnológicos, além de mencionar benefícios que tais tecnologias podem trazer para o desenvolvimento de atividades escolares, por isso o PROINFO se tornou um aliado na democratização do acesso às TIC nas escolas. Tadao Takahashi, organizador do Livro Verde, publicado em 2000 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia corrobora com a proposta de democratização do acesso. Ao afirmar:

Educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para “aprender a aprender”, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (Takahashi, 2000, p. 71).

O autor fala não somente do acesso, mas também das potencialidades que o mesmo pode proporcionar à população. Muito mais do que instalar computadores ou *tabelts* nas escolas, é necessário proporcionar formação aos sujeitos para que os mesmos possam perceber a força da tecnologia na sociedade da informação. Muito mais do que passatempo, é necessário que os sujeitos percebam que o uso sábio da internet por meio das tecnologias pode lhes dar voz ativa, criação, auxílio em pesquisas, praticidade à vida, inclusive no que diz respeito à aquisição de mercadorias e é claro, a disponibilidade de inúmeras informações, inclusive em tempo real. No que diz respeito à participação do cidadão nas decisões públicas por meio da internet o autor afirma:

A possibilidade de acesso aos serviços, de participação nas decisões e acompanhamento dos atos governamentais por parte de todos os cidadãos, portanto, impõe a adoção de meios e métodos digitais por parte do governo, em todos os poderes constituídos e níveis governamentais, do emprego das tecnologias de informação e comunicação em benefício da eficácia, responsividade, transparência e governança. (Takahashi, 2000, p. 8).

O autor ressalta o fato de que para o cidadão poder acessar serviços, ou tomar decisões públicas é necessário que o governo não só possibilite o acesso à tecnologia, mas também adote métodos digitais para facilitar e aproximar a vida do cidadão com o que é público, como por exemplo, a inscrição para o vestibular feita somente online. É sobre a participação ativa na Esfera Pública por meio das TIC que trataremos a seguir.

AS TIC E A CIBERDEMOCRACIA

Como mostramos acima, as TIC nas escolas trazem diversos benefícios se usados com sabedoria, mas é fundamental ressaltar que não podemos tratá-la como a solução de

todos os problemas educacionais. A possibilidade de se internacionalizar a informação e discuti-la democraticamente, talvez seja a grande e mais valorizada novidade trazida pelas tecnologias de informação e comunicação. Diante disso é fundamental que os alunos conheçam as potencialidades da TIC no diz respeito às decisões públicas, discussões políticas, contato com os governantes independentemente da posição geográfica.

A democracia que antes necessitava de um lugar físico, de um deslocamento, de um horário estipulado, hoje se torna interativa, sem limitações geográficas e com baixo custo para os utilizadores, tudo isso graças às TIC e a internet. Essa aproximação entre o governo e o cidadão é mais uma das potencialidades das TIC juntamente com a internet.

Com as TIC e a internet, a democracia se desloca também para o ciberespaço, conforme entendido por Pierre Lévy (1999, p.94) é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores.” A internet tem um papel fundamental na democracia atual, pois se torna uma ferramenta democrática inovadora, permitindo que os usuários interajam diretamente com a informação que lhes é apresentada, sem interessar os limites geográficos. A informação é a matéria-prima de uma sociedade democrática e a internet pode promover o compartilhamento da informação e aumentar a participação do cidadão nas decisões políticas.

Destaca-se o conceito fornecido por Corrêa (2000), que entende a Internet como:

Um sistema global de rede de computadores que possibilita a comunicação e a transferência de arquivos de uma máquina à outra qualquer, conectada na rede, possibilitando, assim, um intercâmbio de informações sem precedentes na história, de maneira rápida, eficiente e sem a limitação de fronteiras, culminando com a criação de novos mecanismos de relacionamento. (CORRÊA, 2000, p. 8).

É impossível deixar de mencionar o fluxo quase frenético de comunicação gerado pelo crescente aumento de informações diárias oriundas da internet. O ciberespaço torna possível que os cidadãos se relacionem em um espaço virtual, e, a partir do mesmo, possam causar mudanças na sociedade real. Diante disso:

O menor acontecimento é filmado, retransmitido em todos os continentes, comentados por especialistas e políticos, de todas as nacionalidades, que se citam uns aos outros ou se contradizem. A opinião pública torna-se cada vez mais global. (LEVY, 2003, p. 135).

Martino (2004) define a internet como:

Um lugar privilegiado para eventual discussão sobre temas de relevância social, se destaca pelas possibilidades de interação entre públicos diferentes, de discutir assuntos de interesse geral e de participação política nos vários sentidos desta expressão. (MARTINO, 2014, P.90).

Diante da contribuição do autor é possível inferir que um universo digital que conecta pessoas do mundo todo, em uma navegação multilinear, e que possibilita uma comunicação interativa e instantânea, beneficia a democracia no ciberespaço. Corrêa (2000)

corroborar com Martino (2014) e traz outro aspecto a ser discutido:

A presença cada vez mais forte dos computadores em nossas vidas, a capacidade de coletar e analisar dados pelas empresas e pelo Estado, e de disseminá-los através das rápidas vias das telecomunicações, nos têm proporcionado benefícios, mas, na mesma proporção, também malefícios. (CORRÊA, 2000, p. 2).

O autor fala das potencialidades do uso da internet no ciberespaço, contudo traz os malefícios embutidos neste uso. A internet não pode ser considerada como a única solução para o déficit democrático, deve ser vista como mais uma possibilidade que possa de forma inteligente, ser usada para otimizar a democracia e a participação do cidadão. Castells (2003) contribui com a discussão afirmando:

A elasticidade da internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade. (CASTELLS, 2003, p.11).

O autor acentua para o fato de que todas as potencialidades da internet se tornam inúteis se não compreendermos de que maneira a usar. O caráter democrático e o fluxo informacional perdem valor se o cidadão não puder acessá-la e usá-la corretamente a favor da democracia. Takahashi, (2000, p. 7) afirma que “o acesso à rede Internet, contudo, ainda é restrito a poucos. Urge, portanto, buscar meios e medidas para garantir a todos os cidadãos o acesso equitativo à informação e aos benefícios que podem advir da inserção do País na sociedade da informação”. O referido autor afirma que o uso da internet não é democrático, e, portanto, é necessário buscar métodos para democratizar o acesso, para que todos os cidadãos possam contribuir para as discussões e decisões políticas do país.

De que maneira podemos buscar meios para que todos os cidadãos tenham acesso à internet e as TIC? Uma das opções é a escola. Democratizar o uso das TIC por meio da escola é colocá-la à disposição dos futuros eleitores da nossa sociedade. Muito mais do que entretenimento (cabe ressaltar aqui que não há problemas algum em usar as TIC para o entretenimento, uma vez que também é sua função), as TIC podem ser usadas para desconstruir a visão retrógrada e não prazerosa que temos da relação com a política e as decisões junto à Esfera Pública.

Para que isso aconteça são necessários incentivos, leis, programas, planejamentos governamentais para que as TIC e a internet estejam presentes na escola e dessa forma os alunos possam fazer uso da mesma. Também cabe dizer que os professores têm um papel fundamental nessa relação: planejar. De nada adianta equipar a escola com o que há de mais moderno se o uso não for planejado, pensado, sem intencionalidade, como afirmamos antes, o uso da TIC não pode ser visto como a salvação da educação e nem justificar sua prática por ela mesma.

Pierre Lévy, estudioso do termo ciberdemocracia a define como:

A verdadeira democracia eletrônica que consiste em encorajar, tanto quanto possível – graças as possibilidades de comunicação interativa e coletiva oferecidas

pelo ciberespaço –, a expressão e a elaboração dos problemas das cidades pelos próprios cidadãos, a auto-organização das comunidades locais, a participação nas deliberações por parte dos grupos diretamente afetados pelas decisões, a transparência das políticas públicas e sua avaliação pelos cidadãos (...) Colocar a inteligência coletiva no posto de comando é colher de novo a democracia, reutiliza - lá por novos sistemas de comunicação. (LÉVY, 1999, p. 186).

Lévy (2003) aponta que uma das grandes modificações e uma das maiores expectativas da ciberdemocracia está na perspectiva de uma lei, de uma justiça e de um governo planetário, capazes de regular a economia mundial, preservar o ecossistema terrestre e garantir a liberdade ao mesmo tempo em que se esforça no sentido de reduzir a miséria e as injustiças. Lévy (2003) ainda expressa que a ciberdemocracia pode ser entendida, como “uma espécie de aprofundamento e de generalização [..], de uma diversidade livre em espaços abertos de comunicação e de cooperação.”

Por meio da definição trazida pelo autor é possível inferir a ciberdemocracia como o maior acesso à informação governamental e a interação entre o Estado e sociedade, por meio dos meios eletrônicos. O fluxo de informações e a interatividade da internet podem ser entendidas como um processo de flexibilização e facilitação dos atos organizacionais, uma mudança comunicacional que resulta na facilitação do processo de inclusão e participação cidadã na sociedade democrática desejada. Lévy (2003) contribui para a discussão afirmando que:

A espantosa disponibilidade das informações, de toda a espécie, respeitantes à vida política, assim como o frequentar de fóruns de discussão civilizados e bem organizados, tornam o debate político cada vez mais ‘transparente’ e preparam uma nova era do diálogo político que conduz a democracia a um estágio superior: a ciberdemocracia. (LEVY, 2003, p. 123-124).

A ciberdemocracia potencializa a participação política do cidadão na sociedade, mas é importante salientar que nada disso será possível se o mesmo não se propor a tudo isso. O que queremos dizer é que nem a melhor e mais moderna tecnologia e o acesso mais rápido do mundo poderá fazer com que o cidadão participe ativamente das decisões políticas se o mesmo não tiver interesse. Muitos de nós temos a visão de que a participação política é desgastante e não surte efeito, por isso escolhemos não nos envolver.

A praticidade, interatividade e baixo custo trazidos pela internet, pelas TIC e pela ciberdemocracia se tornam uma possibilidade para o cidadão que queira se envolver ativamente nas decisões de sua comunidade e até mesmo seu país. Se a escola proporcionar atividades e reflexões que mostrem como esse processo é natural e importante para a sociedade democrática os futuros eleitores terão uma visão e um envolvimento político diferente do que temos agora.

EDUCOMUNICAÇÃO É SER/ESTAR NO MUNDO

A escola já não é o único lugar no qual os alunos convivem com o saber, de acordo

com Martín-Barbero (2011):

A escola deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam em outros canais, difusos e centralizados. Essa diversificação e difusão do saber, fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional (BARBERO, 2011, p.126).

O autor afirma que o saber chega aos alunos por diferentes plataformas, e dessa forma, é comunicado de maneiras diferentes também. A Educomunicação estuda as inter-relações entre Educação e Comunicação, por acreditar que existem mais fatores que as unem do que fatores que as distanciam. Se antes Educação e Comunicação eram consideradas duas áreas diferentes, com papéis e funções diferentes, hoje, um campo razoavelmente novo de pesquisa e atuação surgiu com a união desses dois campos.

Para entender o conceito de Educomunicação é necessário definir os conceitos das duas palavras que formam esse neologismo. Libâneo (2005, p.26) diz que a educação é definida como “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. Para Libâneo (2005), a educação associa-se a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc.

Para Freire (1996, p. 21), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Freire também define comunicação, assim:

Comunicação é a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar (...) comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1988, p. 69).

Diante dessas definições, entende-se que, apesar de terem dois conceitos distintos, ambos convergem em muitos sentidos, por isso a relevância de se pensar em Educação e Comunicação como um campo de pesquisa e atuação. Soares (2002) entende Educomunicação como:

[...] conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como a melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos de informação no processo de aprendizagem. (SOARES, 2002, p. 24).

É possível inferir por meio das muitas produções do referido autor acerca da Educomunicação que ela se apresenta como uma possibilidade de se pensar a educação, presencial ou virtual de uma maneira diferente. Muito mais do que apenas inserir tecnologias digitais na sala de aula, a Educomunicação enquanto prática deve ser pensada como uma

afirmação de liberdade, igualdade de direitos e confirmação do aluno como um ser ativo na construção do conhecimento. Para contribuir para a discussão Sartori (2015) afirma:

Inter-relações Comunicação-Educação estão presentes tanto em situações educativas, formais ou não formais, quanto em ações comunicacionais específicas das mídias, o que vale dizer que situações educativas são comunicativas e situações comunicativas são educativas. Pode-se, então, admitir a existência de um campo teórico-prático que possa ser pensado a partir de abordagens educativas da comunicação e comunicativas da educação. (SARTORI, 2015, p. 117).

A autora traz a possibilidade de haver ações comunicativas na educação, e ações educativas na comunicação, por isso a Educomunicação se apresenta como uma maneira de pensar a relação entre essas áreas. Buscar desconstruir pré-conceitos, pré-julgamentos, ações autoritárias, estabelecer uma relação intencionalmente horizontal, que estimule a formação de alunos ativos na sociedade e ativos politicamente. Diante disso a autora afirma que:

A expressão da opinião, o direito ao pensamento e o acesso à educação são dimensões da pessoa humana. Desse modo, a educomunicação, por ser campo de inter-relações entre a educação e a comunicação, traz em sua formulação, o respeito à vida cultural, à expressão por meio dos meios de comunicação, o direito ao acesso às informações e o direito a uma educação de qualidade. Educomunicação e comunicação são práticas componentes do ser/estar no mundo. Não pode haver educomunicação sem respeito aos direitos humanos, pois constituem-se da mesma matéria. (SARTORI, 2015, p. 119).

A autora corrobora com Soares (2002) ao afirmar que uma das propostas da Educomunicação é fortalecer ecossistemas comunicativos, para isso Sartori (2015, p. 115) afirma que “ a educomunicação opta por ecossistemas comunicativos em que as relações sejam dialógicas ”. Ambos os autores falam da proposta dialógica que a Educomunicação traz para a educação, dar voz ativa ao aluno. A maneira comunicacional da educação na qual somente o professor tem voz ativa e o aluno apenas reproduz passivamente já não atende às necessidade de alunos que recebem informações de diferentes plataformas e que desejam novidades e oportunidades para serem protagonistas.

Soares (2011, p.44) entende o ecossistema comunicativo como “ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias”. O autor entende que quando um ecossistema comunicativo é estabelecido na sala de aula, uma vez que estamos tratando de espaços educacionais, a construção coletiva, o diálogo, a educação horizontal, as oportunidades de criação favorecem uma educação libertadora.

Para Sartori (2010, p.47) “proporcionar e potencializar ecossistemas comunicativos é criar condições para que os educandos digam a sua própria palavra, pronunciando o mundo de modo significativo, participativo e transformador, como cidadãos “. É possível inferir por meio da referida autora que potencializar ecossistemas comunicativos contribui para uma educação que trate o aluno como um sujeito ativo, com um conhecimento prévio e

capaz de tomar suas próprias decisões.

Não seria difícil imaginar os benefícios que uma aula planejada sob propostas comunicativas que envolvessem a tomada de decisões por parte dos alunos, no que diz respeito à Esfera Pública. Práticas que demonstrem a importância da participação ativa dos alunos na sociedade. Sartori (2015) afirma:

Preocupar-se com ecossistemas comunicativos em espaços educacionais é levar em conta que a escola é o espaço complexo de comunicações, no qual o educador deve considerar o entorno cultural dos alunos e seus pares de diálogo – colegas, família, mídia -, para planejar ações que possibilitem a participação, a construção e troca de sentidos. Para tal, é necessário que a escola esteja preparada para enfrentar e dialogar com percepções de mundo diferentes das que enfrentava décadas atrás. (SARTORI, 2010, p.46).

Além de discutir o ecossistema comunicativo em espaços educacionais a autora também traz um conceito muito importante para pensarmos em práticas que envolvam a Educomunicação. De acordo com Sartori e Souza (2012, p. 35) as Práticas Pedagógicas Educomunicativas contribuem para “uma relação mais ativa e criativa dos sujeitos em relação às referências midiáticas a que tem acesso, isto é, potencializam os ecossistemas comunicativos entre todos os envolvidos no processo educativo”. As autoras trazem o conceito de Prática Pedagógica Educomunicativa como uma oportunidade de se pensar a relação entre a escola e as referências midiáticas de uma maneira diferente. Não mais negando a relevância da mídia na vida dos alunos, não mais crendo que só a escola é capaz de ensinar, não mais duvidando da capacidade de criação e autonomia dos alunos, mas sim, afirmando e dando oportunidades de explorar o entorno cultural, o conhecimento prévio, a capacidade criativa dos alunos, por isso a relevância de tais práticas nas escolas.

Diante da discussão envolvendo Educomunicação e Práticas Pedagógicas Educomunicativas entendemos que tais práticas não necessitam obrigatoriamente do uso de tecnologias digitais, afinal, Educomunicação é muito mais do que apenas inserir tecnologias nas aulas. É pensar no aluno como um sujeito de direitos, como criador de conteúdo virtual e não-virtual e para isso as tecnologias podem ou não estar presentes em tais práticas.

O que nos propomos no presente artigo é afirmar: apesar de não serem obrigatórias para o sucesso da educação, é necessário que a tecnologia esteja disponível para aqueles que quiserem ter acesso a ela ou para aqueles que quiserem aprender a usá-la. Democratizar o acesso é permitir cada um possa ver a tecnologia digital como algo presente na sua vida. Afinal, concordamos com Silva e Cunha (2002) quando afirmam:

Então, se não possuímos sistemas e estratégias adequadas de acesso à informação ou estivermos despreparados para acessá-las, de que servirá tanta informação? Do que servirá a tecnologia, se a maioria das pessoas não saberá utilizá-la ou não terá acesso a elas? (SILVA; CUNHA, 2002, p.82).

CONEXÕES FINAIS

Concluindo o artigo é possível afirmar que o objetivo do mesmo foi alcançado, por meio da pesquisa bibliográfica realizada foi possível inferir que a democratização do acesso às TIC por meio da escola é um dos fatores necessários para alcançarmos a ciberdemocracia. Também foi possível perceber por meio das leituras realizadas para concluir o artigo que as TIC passaram a assumir um papel de destaque na vida dos alunos, e por isso é fundamental que a escola legitime esta relação e passe a pensar em práticas que favoreçam a relação entre os alunos e as TIC.

Foi possível concluir também que a escola pode contribuir para a construção da ciberdemocracia, uma vez que os futuros eleitores e governantes estão nas escolas, por isso, é fundamental pensarmos em práticas que incentivem a participação ativo do aluno enquanto sujeito ativo da Esfera Pública. Também é necessário que o Governo planeje estabelecer relações mais diretas com o cidadão, por meio de aplicativos, páginas e outras formas de comunicação que aproximem o cidadão do seu direito de exercer sua cidadania.

Diante do exposto, é possível pensarmos nas Práticas Pedagógicas Educomunicativas e na Educomunicação como uma oportunidade de fortalecer ecossistemas comunicativos nos espaços educativos, para que tais propostas reafirmem a autonomia e criticidade dos alunos. Propostas que deem possibilidade de o aluno criar e enxergar-se como protagonista são fundamentais para que o mesmo perceba seu papel em uma sociedade democrática, que é o que buscamos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Il futuro della democrazia: una difesa delle regole del gioco**. Turim: Einaudi, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Informática na Educação**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1997.

CASTELLS, Manoel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003.

_____. **A sociedade em rede**. 7. ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus 2007.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** Por uma antropologia do ciberespaço. 4a. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2003.

_____. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desafio culturais da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). **Educomunicação:** construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais:** linguagens, ambientes e rede. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

SARTORI, Ademilde Silveira. Comunicação, Educação e Direitos Humanos: um deslocamento de referências. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil (Org.). **Educação e Comunicação para os Direitos Humanos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.

_____. **Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída.** Comunicação, mídia e consumo. São Paulo. Vol. 7. N. 19. P. 33-48. Jul./2010. Disponível em: <<http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/193>> Acesso em jan./2016.

SARTORI, Ademilde Silveira; SOUZA, Kamila Regina. **Estilos de aprendizagem e a prática pedagógica educacional na educação infantil:** Contribuições do Desenho Animado para a Aprendizagem das Crianças Contemporâneas. In: Revista Estilos de Aprendizaje, n.10, Vol 10, outubro de 2012. Disponível em: http://www.uned.es/revistaestilosdeaprendizaje/numero_10/lsr_10_octubre_2012.pdf Acesso em jan./2016.

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira da. **A formação do profissional do século XXI:** desafios e dilemas. Ciência da Informação, Brasília. v. 31, n. 3. set./dez. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300008 Acesso em: jan./2016.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Gestão comunicativa e educação**: caminhos da educomunicação. Revista Comunicação & Educação. São Paulo, n.23: jan./abr. 2002.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TEIXEIRA, A. Canabarro, MARCON, Karina (org.). **Inclusão digital**: experiências, desafios e perspectivas. Passo Fundo: Ed.Universidade de Passo Fundo, 2009.